



Termo de Referência

Serviço de desinsetização e desratização.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, al. A, Lei 14.133/2021)

1.1. Descrição do Objeto:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de controle de pragas urbanas (desinsetização) e controle de roedores (desratização), de forma preventiva e corretiva, pelo período de 12 (doze) meses, nas áreas internas e externas das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, do Almoxarifado Central da Educação, da Sede da Secretaria Municipal de Educação, e demais Secretarias Municipais, conforme condições, quantidades, periodicidade e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Especificação do Produto/Quantitativos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidades	UNID	QUANT. TOTAL COM INTERVENÇÕES
1	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE UNIDADES COM ÁREA ATÉ 300m² 1.1 - DESINSETIZAÇÃO - Aplicação pelo Sistema SPRAY ou similar de produtos incolor, inodoro e inofensivo à saúde humana e eficaz ao combate ao extermínio de baratas, escorpiões e insetos rasteiros nas áreas internas e externas conforme relação anexa; 1.2 - DESRATIZAÇÃO - Combate e extermínio de ratos, através de iscas e armadilhas estratégicas, nas áreas internas e externas conforme relação anexa. Obs.: Sendo necessário 4 (duas) intervenções, anual.	19 (Conforme relação Anexo I, III, IV, V)	UND	76
2	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE UNIDADES COM ÁREA ENTRE 300m² E 600m² 1.1 - DESINSETIZAÇÃO - Aplicação pelo Sistema SPRAY ou similar de produtos incolor, inodoro e inofensivo à saúde humana e eficaz ao combate ao extermínio de baratas, escorpiões e insetos rasteiros nas áreas internas e externas conforme relação anexa; 1.2 - DESRATIZAÇÃO - Combate e extermínio de ratos, através de iscas e armadilhas estratégicas, nas áreas internas e externas conforme relação anexa. Obs.: Sendo necessário 4 (duas) intervenções, anual.	8 (Conforme relação Anexo I, II e III)	UND	32
3	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE UNIDADES COM ÁREA ENTRE 600m² E 900m² 1.1 - DESINSETIZAÇÃO - Aplicação pelo Sistema SPRAY ou similar de produtos incolor, inodoro e inofensivo à saúde humana e eficaz ao combate ao extermínio de baratas, escorpiões e insetos rasteiros nas áreas internas e externas conforme relação anexa; 1.2 - DESRATIZAÇÃO - Combate e extermínio de ratos, através de iscas e armadilhas estratégicas, nas áreas internas e externas conforme relação anexa. Obs.: Sendo necessário 4 (duas) intervenções, anual.	4 (Conforme relação Anexo I)	UND	20



4	DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DE UNIDADES COM ÁREA ACIMA DE 900m² 1.1 - DESINSETIZAÇÃO - Aplicação pelo Sistema SPRAY ou similar de produtos incolor, inodoro e inofensivo à saúde humana e eficaz ao combate ao extermínio de baratas, escorpiões e insetos rasteiros nas áreas internas e externas conforme relação anexa; 1.2 - DESRATIZAÇÃO - Combate e extermínio de ratos, através de iscas e armadilhas estratégicas, nas áreas internas e externas da conforme relação anexa. Obs.: Sendo necessário 4 (duas) intervenções, anual.	6 (Conforme relação Anexo I, II e III)	UND	20
---	---	--	-----	----

Observação: A empresa deverá realizar ações corretivas sempre que solicitado, com atendimento no prazo máximo de 48 horas. Todos os produtos utilizados deverão ser devidamente registrados na ANVISA, dentro da validade, e aplicados por profissionais qualificados.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6º, XXIII, al. A, Lei 14.133/2021)

2.1. Vigência Contratual (art. 105 a 114 da Lei 14.133/21)

O objeto deste procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início de Serviços, devidamente assinada pelos Ordenadores de Despesas das Secretarias Municipais participantes. A prestação do serviço será de natureza contínua, em virtude da necessidade permanente de manter os ambientes públicos livres de infestações de pragas urbanas e roedores, garantindo condições adequadas de segurança, saúde pública e conservação do patrimônio.

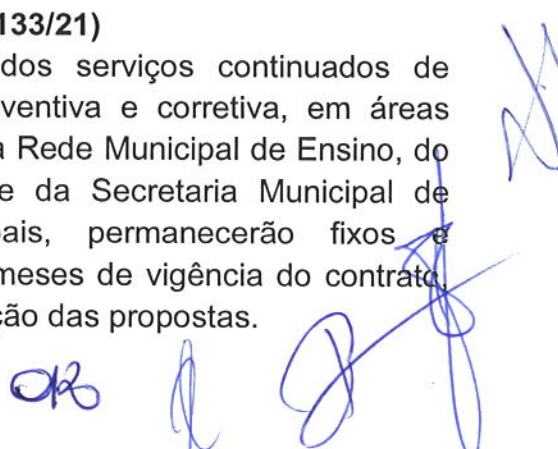
A presente contratação atende ao disposto e deverá ser realizada em 4 intervenções anuais, considerando a essencialidade dos serviços, inclusive como medida preventiva à proliferação de doenças em ambientes escolares e administrativos.

2.2. Prorrogação do Contrato

O prazo contratual poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, desde que mantidas as condições originais, mediante justificativa técnica e conveniência administrativa, respeitando os limites legais estabelecidos no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

2.3. Previsão do Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21)

Os valores contratados para a prestação dos serviços continuados de desinsetização e desratização, de forma preventiva e corretiva, em áreas internas e externas das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, do Almoxarifado Central da Educação, da Sede da Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias Municipais, permanecerão fixos e irrealizáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato, contados a partir da data limite para apresentação das propostas.





Decorrido o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante solicitação formal da CONTRATADA, com base na variação acumulada no período de 12 (doze) meses do menor índice entre:

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo IBGE;
Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), publicado pela FGV.

§ 1º – Caso o menor índice apresente variação negativa no mês de referência, será adotado, para fins de reajuste, o índice que apresentar a primeira variação positiva subsequente, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 2º – Os reajustes subsequentes, caso o contrato venha a ser prorrogado, observarão o mesmo critério e só poderão ocorrer após novo interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de aplicação do último reajuste.

§ 3º – Na hipótese de atraso ou indisponibilidade do índice utilizado, poderá ser aplicada, de forma provisória, a última variação conhecida, com compensação da diferença tão logo o índice oficial seja divulgado, desde que manifestado o interesse da CONTRATANTE.

§ 4º – Em caso de extinção ou indisponibilidade permanente do índice adotado, será aplicado o índice que vier a substituí-lo por determinação legal. Na ausência de substituto legal, as partes elegerão, por meio de Termo Aditivo, outro índice oficial que reflita a realidade econômica do setor de prestação de serviços de controle de pragas urbanas e roedores.

O reajuste será formalizado por Termo Aditivo ao contrato, com base em planilha de custos atualizada, devidamente justificada e aprovada pela Administração Pública.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Interesse Público

A presente contratação visa atender à necessidade contínua de controle de pragas urbanas (como baratas, formigas, mosquitos, aranhas, escorpiões, entre outros) e de roedores nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, Almoxarifado Central da Educação, Sede da Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias Municipais.

O serviço é essencial para a preservação da saúde pública, prevenção de doenças, salvaguarda do patrimônio público e garantia de ambiente adequado e seguro para estudantes, servidores e demais usuários das unidades. A falta da devida manutenção do controle de pragas pode acarretar riscos à integridade física das pessoas, contaminação de ambientes e materiais, além



de comprometer o funcionamento regular das atividades escolares e administrativas.

Diante da recorrência da demanda e da natureza continuada do serviço, optou-se pela abertura de procedimento licitatório, em consonância com os princípios da eficiência, planejamento e isonomia, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

3.2. Metodologia do Quantitativo

A definição do quantitativo baseou-se no levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação, e demais Secretarias Municipais, considerando a totalidade de unidades escolares, instalações administrativas, áreas externas, almoxarifados, escolas rurais, prédios locados e próprios, incluindo variações sazonais e emergenciais que requerem ações corretivas ou reforços periódicos.

As metragens foram obtidas com base em plantas arquitetônicas, visitas técnicas anteriores e relatórios de serviços prestados em contratos anteriores, considerando a periodicidade mínima de aplicação recomendada pelos órgãos de vigilância sanitária.

3.3. Justificativa do Quantitativo Solicitado

O quantitativo foi dimensionado conforme o número de unidades a serem atendidas e a frequência necessária para garantir a eficácia preventiva e corretiva do controle de pragas e roedores.

A periodicidade estimada é de 4 aplicações anuais para o controle preventivo e intervenções pontuais corretivas, conforme demanda, mediante solicitação da contratante. O serviço incluirá todas as áreas internas (salas, banheiros, refeitórios, depósitos) e externas (pátios, ralos, jardins, áreas de carga e descarga etc.).

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Esta contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar nº 209/2025, elaborado em conformidade com o art. 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que demonstrou a necessidade contínua da prestação do serviço de desinsetização e desratização, sua viabilidade técnica e a economicidade da contratação por meio de licitação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 5.1. Optou-se pela contratação por meio de licitação, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, de empresa legalmente constituída e especializada na execução dos serviços de controle de pragas urbanas e roedores, em conformidade com as exigências técnicas e sanitárias dos órgãos de controle.



5.2. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III)

O serviço prestado deverá ter garantia mínima de 90 (noventa) dias, conforme o art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), com reexecução sem ônus em caso de falha no controle das pragas durante o período de garantia.

5.3. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei nº 14.133/21)

Poderá ser exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, conforme definido no edital de licitação. A modalidade e valor da garantia serão estabelecidos conforme a complexidade e risco do objeto contratado.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

6.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021)

A empresa vencedora deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços de controle de pragas urbanas e roedores em condições semelhantes às do objeto contratado.

A contratada deverá estar devidamente licenciada junto à Vigilância Sanitária e possuir responsável técnico com registro no respectivo conselho profissional, conforme exigido pelas normas da Anvisa.

6.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços

Será exigida apenas cópia do CNPJ, com verificação do CNAE compatível com a atividade de controle de pragas urbanas e roedores.

Na fase de licitação:

Serão exigidos todos os documentos exigidos no edital, incluindo comprovações de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira.

Microempreendedor Individual (MEI):

Para fins de habilitação, não será exigido Balanço Patrimonial de MEI, considerando a baixa complexidade do serviço e a natureza da contratação, conforme permitido pela legislação vigente.

7. MATRIZ DE RISCO

Considerando a natureza padronizada e recorrente do serviço de controle de pragas e roedores, não há previsão de riscos específicos que comprometam o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, não se justificando a elaboração de uma matriz de risco formal.

Entretanto, situações supervenientes, devidamente comprovadas e reconhecidas por ambas as partes, poderão ser analisadas e tratadas por meio de Termo Aditivo, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.



8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

- 8.1. O prazo de início da execução dos serviços será no primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato e ao recebimento da Nota de Empenho pela empresa vencedora.
- 8.2. O serviço será prestado mensalmente, ou conforme cronograma definido pela contratante, nas unidades escolares, administrativas e demais locais designados, com registro em relatório de execução, a ser entregue ao fiscal do contrato, contendo data, local, tipo de serviço (desinsetização ou desratização) e produtos aplicados. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.
- 8.3. O objeto será recebido provisoriamente, mediante termo assinado pelo fiscal do contrato, até 15 (quinze) dias após a execução dos serviços, conforme art. 140 da Lei 14.133/2021.
- 8.4. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada, em até 30 (trinta) dias, mediante verificação do cumprimento integral das condições contratuais.
- 8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações contratuais, devendo ser reexecutados às custas da contratada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal.
- 8.6. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade por prejuízos decorrentes da execução inadequada do contrato, conforme previsto no art. 140, § 2º da Lei 14.133/2021.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

Da Contratada:

- 9.1. Responder por danos pessoais ou materiais causados por seus empregados, prepostos ou pelo uso inadequado de produtos químicos;
- 9.2. Vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto;
- 9.3. Prestar os serviços com qualidade, pontualidade e regularidade, conforme cláusulas contratuais e cronograma aprovado;
- 9.4. Manter, durante a vigência do contrato, a regularidade fiscal, trabalhista, sanitária e técnica, inclusive com documentação comprobatória atualizada;



- 9.5. Utilizar pessoal treinado, uniformizado, com crachá visível, sendo obrigatória a presença de responsável técnico habilitado durante as aplicações;
- 9.6. Comunicar por escrito à contratante qualquer ocorrência que impeça a continuidade ou segurança dos serviços;
- 9.7. Utilizar somente produtos químicos autorizados pela Anvisa, com rótulos legíveis e validade vigente, apresentando fichas de segurança (FISPQ) quando solicitado;
- 9.8. Substituir imediatamente os serviços reprovados, ou quando executados em desconformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, sem custo adicional para a Administração;
- 9.9. Fornecer, sempre que solicitado, documentação comprobatória da regularidade sanitária, técnica e fiscal da empresa;
- 9.10. Apresentar relatórios de execução mensal, com data, hora, local, técnico responsável, produto(s) utilizado(s), diluições, periodicidade e demais registros exigidos.

Da Contratante:

- 9.11. Fornecer à contratada o cronograma com os locais, datas e horários para execução dos serviços;
 - 9.12. Notificar a contratada sobre inadequações ou irregularidades na execução do objeto;
 - 9.13. Efetuar o pagamento mensal, condicionado à apresentação de nota fiscal acompanhada do relatório de execução e atesto do fiscal do contrato;
 - 9.14. Designar servidor responsável pela fiscalização e gestão do contrato;
 - 9.15. Assegurar a liberação dos espaços físicos para a execução dos serviços;
 - 9.16. Aplicar penalidades previstas em caso de descumprimento contratual;
 - 9.17. Promover eventuais ajustes contratuais, mediante formalização, quando necessários à adequação da execução à realidade das unidades atendidas.
- 10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)**
- 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme previsto neste Termo de Referência, no edital e na legislação vigente. Cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.



- 10.2. A execução será baseada em cronograma previamente aprovado, com periodicidade mensal (ou outra definida pela contratante), podendo ser ajustada conforme demanda das unidades escolares e administrativas.
- 10.3. O serviço compreende controle preventivo e corretivo de pragas e roedores, incluindo a aplicação de produtos químicos, armadilhas, iscas e demais técnicas adequadas ao ambiente.
- 10.4. A contratada deverá utilizar produtos regularizados junto à Anvisa e aplicá-los conforme normas da vigilância sanitária, preservando a integridade dos bens públicos, das pessoas e do meio ambiente.
- 10.5. Todas as áreas tratadas deverão ser devidamente sinalizadas, com informações de segurança e período de reentrada nos ambientes.
- 10.6. Em caso de necessidade de reaplicações (corretivas), a contratada deverá atender ao chamado da contratante no prazo máximo de 48 horas.
- 10.7. Toda despesa relacionada à execução dos serviços, incluindo mão de obra, transporte, equipamentos, EPIs, seguros, licenças, materiais, taxas e tributos, será de inteira responsabilidade da contratada.
- 10.8. O descumprimento de exigências técnicas, legais ou contratuais sujeitará a contratada às penalidades previstas, inclusive a rescisão contratual.
- 10.9. Ficam indicados como futuro fiscal e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores:

Fiscal do futuro Contrato: Será definido mediante a portaria.

Gestor do futuro Contrato: Será definido mediante a portaria.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto deste contrato, conforme art. 122, §1º, da Lei 14.133/2021.

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

- 12.1. Os pagamentos serão realizados após a verificação da conformidade dos serviços prestados, conforme discriminado na respectiva nota fiscal, mediante aceite do Fundo Municipal de Educação de Rio Claro – RJ e demais Secretarias Municipais, observada a programação financeira.



- 12.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto e do atesto da nota fiscal por parte da contratante, respeitada a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte de recurso, conforme o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.3. Não serão aceitas faturas com rasuras ou que apresentem divergências em relação aos serviços autorizados, ao Termo de Referência e à proposta da contratada.
- 12.4. Notas fiscais com incorreções serão devolvidas à contratada, reiniciando-se o prazo de pagamento a partir da data de reapresentação válida.
- 12.5. Caso seja identificada cobrança indevida, o fato será comunicado à contratada, e o prazo de pagamento será reiniciado a partir da correção e reapresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável designado.
- 12.6. O pagamento será efetuado exclusivamente por meio de crédito em conta corrente de titularidade da contratada.
- 12.7. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva do contratante, o valor devido será acrescido de multa de 1% (um por cento) e juros moratórios de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia, calculados sobre a parcela devida.
- 12.8. O pagamento de encargos por atraso (multa e juros) dependerá de requerimento da contratada ao Secretário Municipal competente e autorização expressa do Ordenador de Despesas.
- 12.9. A contratada deverá emitir Nota Fiscal com as informações necessárias para conferência dos serviços, conforme este Termo de Referência.
- 12.10. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em nome do órgão contratante e com o respectivo endereço.
- 12.11. A conferência e identificação de eventual cobrança indevida deverá ocorrer na data do recebimento da nota fiscal pelo órgão requisitante.
- 12.12. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto houver pendências decorrentes de penalidades impostas ou inadimplemento contratual.
13. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (art. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)**

A aquisição do objeto/a prestação dos serviços será realizada através de Sistema de Registro de Preços? (X) sim ou () não



Qual critério de Julgamento será utilizado? O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observado as especificações técnicas constantes deste Termo e demais condições definidas neste Edital.

Justificativa para o critério de julgamento: Menor Preço Global

Em atenção ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, e aos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a adoção do critério de julgamento do **Menor Preço Global** para a contratação direta de empresa especializada na prestação de serviços continuados de controle de pragas urbanas (desinsetização) e controle de roedores (desratização), de forma preventiva e corretiva, nas unidades da Rede Municipal de Ensino, no Almoxarifado Central da Educação, na Sede da Secretaria Municipal de Educação, bem como nas demais Secretarias Municipais.

O critério do **Menor Preço Global** mostra-se o mais adequado, pois visa garantir a economicidade e a eficiência da contratação, considerando a necessidade de execução uniforme, padronizada e coordenada dos serviços em diversas unidades administrativas, distribuídas em diferentes localidades do município. O agrupamento dos serviços em um único lote permite maior controle técnico e gerencial, além de facilitar a fiscalização contratual.

Adicionalmente, a prestação dos serviços de forma contínua e abrangente exige uma atuação integrada e sistemática do fornecedor, de modo que a divisão da contratação em itens ou por unidade atenderia de forma fragmentada à demanda, podendo comprometer a qualidade, a periodicidade e a eficácia do controle de pragas e roedores.

Dessa forma, a escolha pelo **Menor Preço Global** assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a padronização na execução dos serviços, a racionalização dos recursos públicos e o atendimento eficaz às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das demais Secretarias envolvidas.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

14.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 78.002,12** conforme planilha estimativa de preços, em anexo no processo.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

15.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

020602.123610008.2.033 - APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO -
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

33903999000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO CLARO/RJ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Processo Nº 209/2025
FL. Nº 199
Ass.

1500100100 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)
FICHA DE DESPESAS - 0000107

06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
020602.123610008.2.033 - APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO -
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
33903999000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
1550000000 - Transferência do Salário-Educação
FICHA DE DESPESAS - 0000108

06.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
020602.123610008.2.033 - APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO -
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
33903999000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
1573000000 - Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação
FICHA DE DESPESAS - 0000109

02.04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002.2.006 – APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO GERAL - ADM
33903999000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE 1704000000
FICHA 28

06.12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
061204.08.122.0003.2.042 – 3.3.90.39.99 – OUTROS SERV. TERC. PJ (ADM)
061204.08.122.0029.2.091 – 3.3.90.39.99 – OUTROS SERV. TERC. PJ (PSB)
061204.08.122.0030.2.170 – 3.3.90.39.99 – OUTROS SERV. TERC. PJ (PSE)
061204.08.122.0033.2.089 – 3.3.90.39.99 – OUTROS SERV. TERC. PJ (IGD-PBF)

02.21 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CULTURA, TURISMO, EVENTOS.
PROGRAMA DE TRABALHO: 13.391.0016.2.073 * PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL
3.3.90.39.99.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FICHA: 287 - FONTE: 1704000000

18.02 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO
0218.091220001.22.056 - APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO - FUNPREV
33903099000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE: 1802000000
FICHA DE DESPESAS - 000011

16. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018

16.1. Para a efetiva participação da CONTRATADA no certame, na dispensa ou na inexigibilidade, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ, fará o tratamento dos



- dados pessoais dos representantes legais e outros, de acordo com o definido nas legislações vigentes, e zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.
- 16.2.** A CONTRATADA obriga-se, durante a participação em todas as fases do procedimento, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, especialmente a regulamentação municipal e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário.
- 16.3.** O MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ e a CONTRATADA, ao realizar o tratamento de dados pessoais, o farão de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11º e/ou 14º da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- 16.4.** A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, zelando e responsabilizando-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.
- 16.5.** É vedada à CONTRATADA a utilização de qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, no processo de dispensa e inexigibilidade de licitação para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.
- 16.6.** A CONTRATADA fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO DE RIO CLARO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.
- 16.7.** As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais.
- 16.8.** A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento das perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do



pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO DE RIO CLARO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

- 16.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.
- 16.10. As disposições no tocante a proteção de dados permanece durante toda a execução do objeto a ser contratado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste procedimento, na medida de abrangência dentro de seu escopo. Mesmo que encerrada a vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.
- 16.11. Por ocasião da assinatura do futuro contrato, a(s) empresa(s) sagrada(s) vencedora(s), deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, a fim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais em sua estrutura organizacional.
- 16.12. Por ocasião da assinatura do contrato, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ poderá solicitar à(s) EMPRESA(S) vencedora(s) do certame os dados de contato do seu respectivo encarregado de dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.
- 16.13. A LICITANTE, para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ, deverá acessar o link: www.rioclaro.rj.gov.br e, para maiores informações, poderá entrar em contato com o Encarregado de Dados por meio do endereço eletrônico de e-mail: lqpd@rioclaro.rj.gov.br.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Será considerada infração administrativa pelo prestador a ser contratado o cometimento de quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, quais sejam:

17.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;



- 17.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 17.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 17.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 17.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 17.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da prestação serviço referente ao objeto sem motivo justificado;
- 17.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa na futura dispensa ou a execução do contrato;
- 17.1.9. Praticar ato fraudulento ou comportar-se de modo inidôneo durante a execução do futuro contrato;
- 17.1.10. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após a assinatura do futuro contrato;
- 17.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da futura contratação;
- 17.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 17.2.1. Advertência pela falta do subitem 17.1.1 deste termo de referência para essa Dispensa de Licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 17.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado para parcela mensal pela conduta do prestador, por qualquer das infrações dos subitens 17.1.1 a 17.1.12;

OK



17.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 17.1.2 a 17.1.7 desta Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 17.1.8 a 17.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, eximirá a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos



termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao prestador/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos autos deste Termo de Referência.

18. GERAIS

- 18.1. A participação no processo implica aceitação irrestrita de todos os termos e condições deste Termo de Referência.
- 18.2. O valor proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços.
- 18.3. Casos omissos serão resolvidos pelo Fundo Municipal de Educação de Rio Claro – RJ, conforme a legislação aplicável.
- 18.4. O prazo para contagem do pagamento inicia-se após o atesto da nota fiscal ou documento equivalente.
- 18.5. Dúvidas poderão ser encaminhadas ao e-mail: educa@rioclaro.rj.gov.br.
- 18.6. Após a contratação, as dúvidas deverão ser tratadas exclusivamente com a fiscalização designada, não cabendo recurso quanto a interpretações posteriores que impliquem acréscimos não previstos inicialmente.
- 18.7. É de responsabilidade da proponente o levantamento e validação dos quantitativos apresentados nas planilhas, não sendo aceita alegação de erro para não execução integral do objeto.
- 18.8. Não será admitida proposta parcial dos serviços e/ou itens descritos neste Termo de Referência.
- 18.9. O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos.



19. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 19.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:
- 19.2. ANEXO I – Planilha Estimativa de Preços;
- 19.3. ANEXO II – Modelo de Cotação de Preços;
- 19.4. RELAÇÕES DE UNIDADES DE INTERVENÇÕES.

Rio Claro-RJ, 01 de dezembro de 2025.

Atenciosamente

Thais Isabelle de Carvalho
Secretária Mun. de Educação
Mat. 22/275 SME-PMRC

Thais Isabelle de Carvalho – Matr.: 33/724

Secretária Municipal de Educação

José Claudio da Silva
Secretário Municipal de Administração
PMRC - Matr.: 20/894

José Claudio da Silva

Secretário Municipal de Administração

Brindisi da Silva Biondi

Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Cultura, Turismo, Eventos,
Esporte e Lazer

Alexandra Leone Peixoto

Secretária Municipal de Previdência Social

Júlio César Rocha de Camargo Castro

Secretário Municipal de Assistência Social
e Direitos Humanos